

NOTÍCIAS

The Global Competitiveness Report 2014/2015

De Portugal para o mundo: roteiros de crescimento

O êxito da 2ª edição do AESE Summer School

Como negociar mais e melhor

Naves investe na Impressão 3D

Boletim da Capelania

«Rendere amabile la verità»: a DSI e o empresário | Parte 2

PANORAMA

Crivo de universidades privadas na Europa de Leste e na África do Sul

Bélgica: A eutanásia como pena de morte

Recuperar o entusiasmo pelas humanidades

“Uma Separação”

DOCUMENTAÇÃO

Christine Lagarde e o Papa Francisco, por um capitalismo inclusivo

Políticas sociais “à prova de crise”

AGENDA

The Global Competitiveness Report 2014

Lisboa, 3 de setembro de 2014

Perspetivas de desenvolvimento da Índia

Lisboa, 18 de setembro de 2014

Rendibilidade de Clientes

Lisboa, 22 e 23 de setembro de 2014

4º Torneio de Golf Alumni AESE Konica Minolta

Belas Clube de Campo, 5 de outubro de 2014

Gerir a agenda

Lisboa, 14 e 15 de outubro de 2014

Assembleia Alumni AESE “De Portugal para o mundo: roteiros de crescimento”

Centro de Congressos do Estoril, 17 de outubro de 2014

[Lisboa, 3 de setembro de 2014](#)

[Apresentação mundial do survey do World Economic Forum](#)



The Global Competitiveness Report 2014/2015

No dia 3 de setembro, o Global Competitiveness Report de 2014/15, do WEF - World Economic Forum, será apresentado, a partir das 10h30, na AESE.

O estudo avalia o posicionamento competitivo de Portugal em comparação com 140 países.

[Reserve já](#) a data na sua agenda. ◻



[Centro de Congressos do Estoril, 17 de outubro de 2014](#)

[13ª Assembleia dos Alumni da AESE](#)



De Portugal para o mundo: roteiros de crescimento

Quando a AESE convoca os seus 4.500 Alumni para mais uma Assembleia, a décima terceira, no próximo dia 17 de outubro, no Estoril, tem bem presente o enquadramento atual das empresas e das organizações e os seus exigentes desafios dos próximos anos.

“De Portugal para o mundo: roteiros de crescimento” é o tema central desta Assembleia, que se realiza no ano em que o país termina o programa de resgate internacional de 3 anos e se prepara para iniciar uma nova etapa de crescimento sustentável.

Partindo de um diagnóstico alargado que identificou dois pilares positivos, que em muito podem contribuir para alavancar a progressão económica e empresarial, a

Assembleia terá início com a sugestão de vias de solução e a proposta de exemplos relevantes, identificados por estudos dirigidos por Professores da AESE:

- A implementação da Estratégia de Internacionalização e Inovação das empresas como chave para o crescimento, pelo Prof. Adrián Caldart.
- O protagonismo multiforme do talento das várias gerações: como realizar a passagem do testemunho, pela Prof^a. Maria de Fátima Carioca.

No Painel 2, será dada a voz a empresas nacionais e internacionais que têm conseguido crescer e distinguir-se em cenários semelhantes ao português. As lessons learned, mais ou menos positivas,



serão objeto de debate sobre as oportunidades para o crescimento abertas pela inovação e criatividade juntamente com a capacidade de ajustamento à nova realidade. A moderação deste painel estará a cargo do professor Daniel Bessa. »»



O programa da manhã ficará concluído com a exposição de uma keynote speaker, que dará conta da forma como tem experimentado os desafios da internacionalização e da gestão do talento, em termos pessoais e empresariais.

Na parte da tarde, será a vez de Portugal se virar para “o mundo”. No primeiro painel, as atenções concentrar-se-ão na China, na estratégia do investimento privado chinês, com base numa intervenção de um administrador da Fosun Group, na sua concretização em Portugal, a partir da experiência da Fidelidade com um enquadramento geoestratégico por parte do Dr. Luís Amado.

No Painel 4, a atenção voltar-se-á para os desafios atuais que se encontram no Atlântico, com as intervenções de João Vale de Almeida, Embaixador da União Europeia nos EUA, e de Salimo Abdulá (Presidente da Confederação Empresarial da CPLP), apresentando-se um investimento industrial português nos EUA, o caso da Sovena.

A Assembleia terminará com uma conferência do Prof. Raul Diniz, que regressará ao tema do Talento e das pessoas, como um roteiro de crescimento económico e social, segundo o paradigma humanista próprio da AESE.

À semelhança das edições anteriores, a Assembleia será um ponto de encontro intergeracional de dirigentes e executivos de todo o país, de cujo encontro se espera venham a gerar bases de trabalho e compromisso para a construção de um país próspero. ■

[Lisboa, de 7 a 18 de julho de 2014](#)

O êxito da 2ª edição do AESE Summer School

Pelo segundo ano consecutivo, a AESE promoveu um [programa intensivo](#) de duas semanas, destinado aos filhos universitários e jovens profissionais dos Alumni da AESE e seus amigos, sobre gestão de empresas.

Com uma atividade pedagógica intensa, baseada no Método do caso, os 36 participantes viveram exaustivamente a experiência de tomar decisões em situações empresariais concretas.

Na segunda semana, foram feitas visitas a diferentes instituições, que lhes permitiram emergir durante uma manhã na realidade da MSC Cruzeiros, da Portway, do Hospital CUF Descobertas e do Fórum Montijo. ■



[Lisboa, 1 de julho de 2014](#)

[Mais uma edição do seminário do Prof. Agustín Avilés](#)

Como negociar mais e melhor

De 1 a 3 de julho, o [Prof. Agustín Avilés](#) ajudou os participantes no seminário “Mais do que negociar com eficácia”, a melhorar as suas competências em situação de complexidade crescente.

“Tendo em conta o recente início de exercício de funções na Direção de Compras da NOS, SGPS, S.A.”, diz Amândio Evangelista, “a participação no seminário de negociação constituiu uma excelente oportunidade para rever conceitos e metodologias, bem como para adquirir novas “ferramentas”, que certamente serão fundamentais ao meu desempenho, pois permitiram-me perspetivar as diferentes fases de negociação de um modo diverso”.

“O Seminário de Negociação da AESE” permitiu a Joana Torres Ereio, Advogada da Uria Menendez

– Proença de Carvalho, “não só ter um enquadramento geral dos tipos de negociação e das táticas e estratégias mais utilizadas, mas também, e sobretudo, ter uma visão muito prática da negociação no terreno em contextos concretos, tudo através de um método excelente, muito dinâmico e participativo.” ■



Empreendedorismo

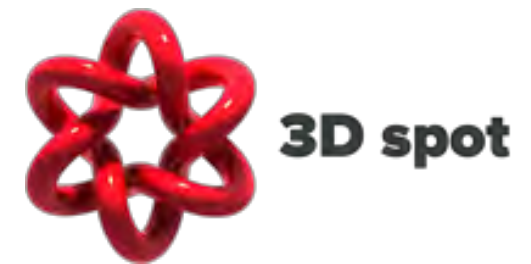


Naves investe na Impressão 3D

Uma das tecnologias que mais surpreende em todo o Mundo é a de fabricação digital. É possível, a partir de qualquer objeto, scanarizá-lo e depois *imprimir* em 3D - fabricar uma peça. A 3D spot, uma startup inovadora, é uma empresa de design que oferece este serviço aos seus clientes. Tem disponíveis vários materiais (metais como ouro ou aço, resinas, polímeros, a lista é extensa!) e várias cores e acabamentos. Com uma oferta variada, os clientes mais originais podem materializar as suas ideias, fazer fotografias 3D, protótipos, ou qualquer peça - o limite é a imaginação. E para isso, podem também contar com a equipa de designers pronta a ajudar no processo criativo.

qualificada que permite não só fortalecer os capitais próprios da empresa, mas também adicionar vertentes de gestão que serão certamente muito úteis para o desenvolvimento deste novo projeto. Seguindo uma aposta recente em investimentos de cariz mais tecnológico, Naves SCR continua a apostar fortemente nos projetos de alunos e ex-alunos da AESE.

Para mais informações sobre projetos de fotografia, modelação e impressão 3D (mesmo a cores!) contacte a 3D spot em www.3dspotgroup.com □



Naves Sociedade Capital de Risco entrou recentemente no capital da 3D Spot com uma posição

[Capelania, julho de 2014](#)

[Discurso do Prof. Raul Diniz sobre D. Álvaro del Portillo](#)

«Rendere amabile la verità»: a DSI e o empresário | Parte 2

«É necessário que os empresários aprendam a enfrentar-se de modo responsável com a tarefa de criar fontes de riqueza que contribuam para elevar o nível e a qualidade da vida humana.

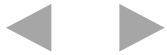
«Zonas inteiras do nosso planeta padecem o flagelo de um subdesenvolvimento material que dificulta aos habitantes dessas áreas viverem o seu destino na Terra como filhos do Criador. No extremo contrário da escala social, outros países são protagonistas de um impressionante crescimento científico e tecnológico, que os conduz a uma rápida acumulação de bens materiais. Estas sociedades correm velozmente com o desenvolvimento material, dando a impressão, ao mesmo tempo, de não conhecerem a direção em que caminham, nem a meta a que pretendem chegar. Não sem razão, alguém caracterizou o

seu modo de viver, no qual a ciência e a técnica são vistas exclusivamente como meios para conseguir um maior bem-estar, como “a racionalização do hedonismo”.

Numa ótica cristã, não podemos aceitar este modo de entender a vida dos homens. Nem nos resignamos a pensar que esta redução materialista da cultura seja a inevitável conclusão do pensamento, da ciência e da técnica».

«Estudar com profundidade científica os problemas, remove também os corações, esporeia a passividade, desperta forças que dormitam e forma cidadãos dispostos a construir uma sociedade mais justa (...) Contribui-se, assim, (...) para eliminar as barreiras que dificultam o entendimento mútuo entre os





homens, para aliviar o medo ante o futuro incerto, para promover – como o amor à verdade, à justiça e à liberdade – a paz verdadeira e a concórdia dos espíritos e das nações. (S. Josemaría)

Vivemos, pois, com serena alegria este tempo que nos coube em sorte. Apreciamos todas as maravilhas da natureza e os imensos benefícios do progresso material, mas queremos deixar em herança um mundo mais humano e queremos participar ativamente na tarefa do seu progresso, através de um serviço desinteressado ao homem e à sociedade, em suma, assumindo a nossa quota-parte de responsabilidade na configuração da história.

Como não havemos de amar este nosso mundo, se é fruto da Sabedoria do Amor Criador?

Na promoção da justiça está um dos pontos cruciais da nova evangelização que João Paulo II impulsionou. É a primeira fronteira

do seu amor e empenho em favor do homem. Esse papa, que foi o último que D. Álvaro conheceu – de quem foi muito amigo e leal servidor, cujos textos leu intensamente e a cujo magistério social me cingirei, para estar em maior sintonia com ele – via na DSI um formidável instrumento de evangelização, pois propõe as consequências da mensagem cristã na vida da sociedade e enquadra o trabalho quotidiano e a luta pela justiça no testemunho cristão. Daí a necessidade de a aprofundar, difundir e aplicar.

Em São Luís do Maranhão (1654), em célebre sermão no dia de Santo António (não estamos muito longe da data), o Padre António Vieira disse que «nas festas dos santos, é melhor pregar como eles, que pregar deles». E seguiu-se o sermão, bela metáfora alegorizante, onde trata os ouvintes como peixes e se dirige às suas diferentes espécies, para exaltar virtudes e castigar vícios.

Não é que vos considere peixes, que ouvem e não falam, mas porque vou imaginar no que conheço da doutrina de D. Álvaro del Portillo, que era a do Fundador do Opus Dei, de quem foi continuador fiel e prolongamento da voz, aquilo que nos diria em circunstâncias semelhantes.

É pesada responsabilidade, mas a escassez do tempo desculpa a insuficiência do resultado.”

(Continua no Correio da AESE 633)

AGENDA



Eventos



Evento
The Global Competitiveness Report 2014

Lisboa, 3 de setembro de 2014

[Saiba mais >](#)



Evento
4º Torneio de Golf Alumni AESE Konica Minolta

Belas Clube de Campo, 5 de outubro de 2014

[Saiba mais >](#)



Evento
Assembleia Alumni AESE “De Portugal para o mundo: roteiros de crescimento”

Centro de Congressos do Estoril, 17 de outubro de 2014

[Saiba mais >](#)



Sessão de continuidade

Sessão de Continuidade
Perspetivas de desenvolvimento da Índia

Lisboa, 18 de setembro de 2014

[Saiba mais >](#)

Seminários



Seminário
Rendibilidade de clientes

Lisboa, 22 e 23 de setembro de 2014

[Saiba mais >](#)



Seminário
Gerir a agenda

Lisboa, 14 e 15 outubro de 2014

[Saiba mais >](#)

**PANORAMA**

Crivo de universidades privadas na Europa de Leste e na África do Sul

No mesmo dia (15 de dezembro), o “The New York Times” publicou dois artigos sobre as dificuldades das universidades privadas em diferentes partes do mundo: na Europa de Leste e África do Sul. Apesar da distância social e cultural, ambos os casos partilham traços importantes. Nas duas regiões, as instituições privadas serviram para ampliar a oferta de ensino superior em anos de necessidade urgente, mas agora não têm assegurada a sustentação.

Nos países da Europa de Leste, depois da queda do comunismo em 1989, houve um rápido florescimento de universidades priva-

das até então inexistentes. Ofereciam uma alternativa às públicas, manchadas pela sua dependência do regime, com estudos menos convencionais e mais dirigidas para facilitar o acesso ao emprego, como relações públicas ou direção de empresas.

Nas duas décadas seguintes à alteração política, foram criadas centenas de universidades e outros centros de ensino superior, de propriedade privada, que chegaram a captar 25% ou mais dos alunos. Na Polónia, um dos países onde gozam de maior sucesso, têm 32%. Muito menos, com 14%, na República Checa, mas

após um crescimento também muito rápido: de 2.000 para 57.000 estudantes na primeira década do século.

Contudo, a procura antes insatisfeita foi coberta, e a baixa natalidade trava o aumento da população estudantil. Chegou a hora do crivo, que só deixará de pé as instituições verdadeiramente sólidas. Muitas surgiram depressa, com algum oportunismo e sem boas bases. Em países como Albânia ou Roménia, proliferaram aproveitando a débil regulamentação estatal, e agora que as leis impõem requisitos mais sérios, nem todas podem cumpri-los. Na

»»



Bósnia, multiplicaram-se quando de um dia para o outro o governo exigiu título superior para haver acesso a diversas profissões ou cargos. Também nos restantes países, embora sem chegar a tanto, grande parte das universidades privadas adquiriram fama de vender títulos de baixo nível académico. E, devido à recessão económica, há menos estudantes que podem pagar.

De acordo com opiniões recolhidas pelo “The New York Times”, nos países de maiores dimensões, Ucrânia e Polónia, vão fechar nos próximos anos cerca de 75% das instituições privadas. Entre elas não estará a Universidade Koźmiński (Varsóvia), especializada em administração de empresas e em finanças. Uma

chave para a sua boa saúde é ter atraído, com cursos em inglês, muitos estudantes estrangeiros: mil de 56 países, quase um terço dos seus alunos a tempo inteiro.

Também na África do Sul, as instituições privadas (vinte atualmente, 50% criadas nos anos noventa e posteriores) ajudaram a absorver a forte expansão de estudantes universitários subsequente ao fim do *apartheid* em 1994. No entanto, agora sofrem sérias dificuldades, não porque os alunos sejam menos, mas porque muitos não pagam.

O mesmo problema têm as universidades públicas, embora em menor grau, porque os seus alunos recebem ajudas do Estado, através do National Student Financial

Aid Scheme (NSFAS). Mas este organismo tão-pouco dispõe de recursos para atender todas as necessidades, embora o seu orçamento tenha aumentado muito, até ao equivalente de mais de 800 milhões de dólares.

Consequentemente, todas as universidades públicas (23 no total) têm alunos que não satisfazem os pagamentos, em percentagens as mais variáveis, consoante a situação socioeconómica da zona: de menos de 1% na Cidade do Cabo, a quase 20% na de KwaZulu-Natal. “É o problema mais grave que temos”, afirma ao “The New York Times”, Jeffrey Mabelebele, diretor executivo da associação das universidades públicas. “É uma ameaça para o próprio funcionamento da universidade”.





Nalguns casos, a ameaça concretizou-se. No ano passado, a Tshwane University of Technology teve de fechar durante uma semana, quando os estudantes causaram distúrbios para exigir que o NSFAS entregasse imediatamente as ajudas concedidas e ainda não efetivadas, e que se lhes fossem perdoadas todas as dívidas. Também houve protestos violentos na Universidade do KwaZulu-Natal, quando teve de deixar de conceder créditos aos estudantes para cobrir a diferença entre o custo da matrícula e as ajudas do NSFAS. Desde então, a paz foi restaurada, mas não se obteve o equilíbrio financeiro: a Universidade arrasta o equivalente a 13 milhões de dólares em dívidas de estudantes devedores.

A situação é ainda mais difícil para as instituições privadas sem fins lucrativos, somente metade do total, que, como as públicas, não admitem somente alunos com bons rendimentos económicos, mas se encontram em inferioridade de condições. Não são oficialmente universidades, pois na África do Sul esse título é reservado aos centros estatais. Só podem chamar-se *college*, o que é uma desvantagem, pois nesse país o termo costuma ser aplicado a escolas do ensino secundário ou de formação profissional. E os seus alunos não recebem ajudas do NSFAS.

Assim, a inadimplência dos estudantes acabou com a St. Augustine College (Joanesburgo),

a única universidade católica da África do Sul. Vai vender o *campus* para saldar dívidas e, a partir deste ano letivo, iniciado em janeiro, já não proporciona estudos de graduação, mas somente programas de pós-graduação, para alunos que paguem, noutras instalações mais pequenas.

A St. Augustine College, fundada em 1999, tinha ganho prestígio: “Era um dos nossos melhores centros privados”, disse ao “The New York Times”, Themba Mosia, vice-reitor de alunos da Universidade de Pretória e ex-presidente do conselho assessor do Ministério da Educação. Mas, segundo alguns, a universidade era “muito branda” com os devedores. Denise Gordon-Brown, diretora de



projetos da St. Augustine, admite que a “opção preferencial pelos pobres” da Igreja católica contribuiu para o naufrágio.

Que diferença com as universidades privadas norte-americanas, algumas católicas, certamente. O “The Chronicle of Higher Education” avança com uma amostra da riqueza de que gozam, no último relatório publicado em dezembro, “Executive Compensation at Private Colleges, 2011”, sobre as remunerações a dirigentes nessas instituições.

Os dados correspondem a 2011, ano em que o pagamento dos presidentes ou diretores executivos das 500 maiores universidades dos Estados Unidos subiu

em conjunto 3,2%, praticamente o mesmo que o salário de um trabalhador normal. Em média, ganharam 410.523 dólares.

Mas existem grandes diferenças entre eles. Nos últimos lugares aparecem religiosos que dirigem instituições católicas em troca de pouco ou nada. À cabeça da tabela surge em primeiro lugar, Robert Zimmer, presidente da Universidade de Chicago: 3,36 milhões de dólares. Seguem-se os da Northeastern University (3,12 milhões) e da Marist College (2,69 milhões), originalmente católica, mas, desde 1969, regida por uma fundação laica, mesmo mantendo vínculos com a congregação dos Irmãos Maristas. No total, são 42 presidentes milionários, mais seis

do que nos dois anos anteriores, os quais, em conjunto, ganharam em 2011 mais do dobro que em 2010. Em geral, os conselhos das universidades justificam as elevadas remunerações pela necessidade de reter esses talentos.

De qualquer forma, a universidade norte-americana não é um ninho de milionários. Qualquer dos cem executivos com maiores salários nas empresas desse país (www.aflcio.org/Corporate-Watch/Paywatch-2014/100-Highest-Paid-CEOs), ganha muito mais do que o reitor melhor pago. ■

**PANORAMA**

Bélgica: A eutanásia como pena de morte

Na Bélgica, a deriva da eutanásia levou a justificá-la primeiro, pelo sofrimento físico e depois psíquico, do doente terminal ao incurável e do adulto consciente ao menor de idade. Agora é enfrentado um novo limite: um condenado a prisão perpétua pediu que seja libertado com a eutanásia de uma vida sem sentido.

Frank van den Bleeken é um preso belga que, aos 20 anos, foi condenado a prisão perpétua devido a violação e assassinio. Após 30 anos de prisão, pediu a eutanásia. Segundo o seu advogado, dois psiquiatras visitaram Bleeken e concluíram que sofre

continuamente por causa dos seus transtornos mentais, pelo que a eutanásia se justificaria. Bleeken pensa que “a sua vida não faz sentido”. O caso é problemático, porque, na prática, implica que um preso peça para si próprio a pena de morte, abolida na Bélgica.

Aos 50 anos, Van den Bleeken não padece de dores físicas, nem se encontra em fase terminal de nenhuma doença, mas a ausência deste tipo de requisitos não foi impedimento para autorizar a eutanásia na Bélgica noutros casos, como o dos gémeos Verbessem (eram surdos e começavam a ficar cegos).

Na Bélgica, a eutanásia pode ser considerada na prática um direito, mas outros direitos dos presos deixam bastante a desejar. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos condenou no ano passado esse país, por não ter proporcionado terapias adequadas a presos com problemas psiquiátricos.

O próprio Bleeken tinha pedido para ser enviado a um psiquiatra prisional na Holanda, em virtude de um acordo entre ambos os países, que permite o intercâmbio de presos para evitar a superlotação nas prisões. Mas a transferência não foi possível. Agora pede a morte.

»»



Se não estivesse preso, a eutanásia seria mais fácil. Marc Cosyns e Wim Distelmans são dois conhecidos ativistas pró-eutanásia na Bélgica. O primeiro, médico em cuidados paliativos, tornou-se famoso por um documentário que retrata os últimos dias de vida de dois doentes terminais. Distelmans, também médico, preside à Comissão para o Controlo e a Avaliação da Eutanásia na Bélgica. Ambos concederam uma entrevista conjunta ao jornal “De Standaard”, onde se debruçaram sobre o polémico projeto de lei belga que permitiria também aos menores de idade poderem pedir a eutanásia.

Na entrevista, Cosyns admite que não documentou os seus próprios casos de acordo com o procedimento protocolar, que exige dar conhecimento à mencionada Co-

missão de qualquer eutanásia realizada. Para surpresa do próprio Distelmans (“Mas, Marc, não podes ignorar a lei!”), Cosyns justifica-se, argumentando que sempre atuou de acordo “com os direitos dos doentes”. Entenda-se que está a referir-se à sua própria conceção de quais são estes direitos, não a nenhuma declaração oficial ou a algum tipo de lei, porque não parece que Cosyns tenha em muita estima aquilo que os legisladores possam dizer a esse respeito.

Comentando estas declarações, Michael Cook interroga-se em “MercatorNet” (“Belgium and the majesty of the law”, 5.1.2014) sobre como pode uma confissão desta gravidade, feita na presença do encarregado de vigiar essa específica parcela do Estado de Direito, ter ficado sem reação – ex-

ceto o leve “puxão de orelhas” de Distelmans a Cosyns. Cook compara este caso com o de Ray Gosling, apresentador da BBC que, em 2010, admitiu no seu programa – embora se tenha demonstrado que era falso – ter colaborado no suicídio de um amigo doente de sida. Um dia depois da emissão do programa, Gosling foi preso por presumível assassinio.

Para Cook, a resposta sobre o porquê de não ter havido reação às palavras de Cosyns, pode residir numa espécie de fascínio social pelos médicos, que os situa “num pedestal, acima das leis feitas para os doentes”. Seja como for, este episódio mostra quão difícil é não cair na arbitrariedade, quando o único critério de juízo é a subjetividade, a do médico ou a do doente. ■

»»



PANORAMA

Recuperar o entusiasmo pelas humanidades

O manifesto “Unas Humanidades con Futuro”, promovido por professores de diversas disciplinas com o impulso do Instituto de Estudos Catalães e da Faculdade de Teologia da Catalunha, constata que os estudos humanísticos têm vindo a perder protagonismo devido a fatores sociopolíticos e económicos. Mas, em última análise, as razões encontram-se “numa crise mais geral do saber, igualmente do saber científico, muitas vezes valorizado somente pelas suas aplicações práticas e sem que seja relacionado com a pergunta pelo sentido”.

Muitos dos que exaltam a utilidade da ciência e da tecnologia, esque-

cem que a deterioração da cultura humanística tem consequências práticas, tais como “o empobrecimento do pensamento, a precariedade do discurso ético e a perda da coesão da nossa civilização”. As carências humanísticas deixam “grandes vazios no sistema de referências pessoais e coletivas”, expondo-nos a “submissões e manipulações”.

Mas as consequências negativas só são uma face da moeda, e nem sequer a mais importante. As humanidades são valiosas por si mesmas, porque acarretam “a paixão pela beleza e por um mundo mais humanizado, livre e feliz”. Também são “interessantes

e úteis”, porque proporcionam critérios de orientação e pensamento crítico, ao mesmo tempo que dispõem para o diálogo e para a compreensão de outras culturas.

Tendo em conta estes benefícios, o manifesto encoraja a “recuperar o entusiasmo por todas as criações do espírito humano e restabelecer e potenciar a figura do professor que cultiva e comunica as humanidades com paixão”.

Concretamente, para a fase do ensino secundário, o manifesto propõe impulsionar “a aprendizagem das línguas modernas e das línguas clássicas (grego e latim), as quais devem manter-se como

»»



matérias opcionais, mas não residuais”. Também reivindica um lugar no plano de estudos, para “os grandes relatos da Bíblia”, que “devem ser referências culturais”.

A tendência atual para a especialização dos estudos universitários, deve ser completada com uma visão mais ampla do saber, e “o equilíbrio entre as disciplinas técnicas e as humanidades”. “Não se podem confinar as humanidades aos ‘cursos de letras’. As ciências necessitam das humanidades, e as humanidades não se podem desvincular da ciência”.

A cultura humanística necessita também do apoio das novas tecnologias e dos meios de comunicação social. Neste ponto, o manifesto esboça uma proposta interessante: “As humanidades necessitam de uma discriminação positiva”, para “fomentar o gosto pela leitura, pela escrita e pelo conhecimento dos clássicos”.

Entre os primeiros subscritores do manifesto, figuram humanistas destacados da Catalunha: Salvador Giner, catedrático de Sociologia; Victoria Camps, catedrática de Ética; Jordi Llovet, catedrático de Teoria da Literatura e autor de

um livro sobre o declínio das humanidades na universidade (“Adiós a la universidad”, Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, Barcelona, 2011); Rafael Argullol, catedrático de Estética e Teoria das Artes, entre outros. ■



PANORAMA

“Uma Separação”

“A Separation”

Realizador: Asghar Farhadi
Atores: Payman Maadi, Leila Hatami, Sareh Bayat
Duração: 123 min.
Ano: 2011

Este filme iraniano foi o grande vencedor do óscar para “melhor filme estrangeiro” de 2011, ao abordar a questão da estabilidade familiar na vida profissional e pessoal de cada um.

Tudo começa com um casal que pretende divorciar-se. Essa deci-

são vai ter repercussões na vida dos pais e da filha, afetando as suas capacidades e emoções, tanto no ambiente laboral, como em casa. Toda a família e todos em seu redor são abalados estruturalmente... A filha vai fazer tudo ao seu alcance para conseguir a união. No dia em que os pais se separam, desencadeiam-se vários problemas, tanto no local de trabalho do pai, como na escola da pequena. Ela não está preocupada somente consigo própria, mas dá-se conta que para resolver todas as confusões que se vão avolumando, a unidade en-

tre todos é a solução. Mas não quer hipocrisias. Quer a verdade dos factos e que cada um corrija as atitudes incorretas. Por vezes, engana-se nos passos que dá, mas como sabe bem o que quer, volta a tentar... No final, ultrapassam juntos alguns dos problemas, mas será só a forte defesa do objetivo último por parte da filha que levará os pais a reconsiderar o que está verdadeiramente em jogo para o bem de todos...



Tópicos de análise:

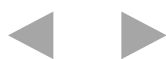
1. É estimulante lutar por objetivos “vitais”.
2. O esforço gasto na defesa de um objetivo depende do seu real valor.
3. Alcançar a meta implica estar atento aos pormenores.

Link para o filme:

www.imdb.com/title/tt1832382/

Paulo Miguel Martins
Professor da AESE





DOCUMENTAÇÃO



Christine Lagarde e o Papa Francisco, por um capitalismo inclusivo

À partida, são duas personagens muito diferentes: Christine Lagarde, diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), que deve vigiar a boa saúde das finanças mundiais, e o Papa Francisco, que alguns consideram como anticapitalista, devido às suas reiteradas críticas à desigualdade económica e às suas chamadas de atenção para os excluídos. Daí, ser significativo que concordem nas preocupações com a crescente desigualdade de rendimentos e com o objetivo da reforma financeira.

“O verdadeiro papel do setor financeiro é servir, não governar a economia”, afirma Lagarde; “o di-

nheiro deve servir e não governar”, são palavras do Papa Francisco na exortação “Evangelii Gaudium” (EG, n. 58). O Papa da compaixão e a face feminina da *troika* partilham o diagnóstico. O que está a acontecer?

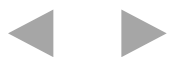
Christine Lagarde falava em finais de maio, em Londres, na conferência sobre “Inclusive Capitalism”, termo que pretende designar um capitalismo que permita a cada um ter a sua oportunidade e a sua possibilidade de recompensa numa economia livre.

A diretora do FMI reconhece que estamos longe desse ideal. E

mais, com a crise afastámo-nos. Hoje, o capitalismo aparece associado ao “excesso”, que levou a uma maciça destruição de valor, de emprego e gerou crescentes tensões sociais. “Uma das principais perdas foi a confiança (nos líderes, nas instituições, no próprio sistema de mercado)”. A interrogação atual é: “Como podemos restaurar e manter a confiança?”. A sua resposta é fazer com que “o crescimento seja mais inclusivo e com regras do jogo mais equitativas, que favoreçam muitos, não somente alguns poucos”.

Esta procura concretiza-a em duas dimensões: um crescimento

»»



económico mais inclusivo e um sistema financeiro mais honesto.

Um crescimento que chegue a todos

Ninguém nega – muito menos Lagarde – que no capitalismo atual existe uma crescente desigualdade de rendimentos, que a distância entre os que têm mais e os outros se torna cada vez maior. O Papa Francisco chamou a atenção para este conhecido fenómeno: “Enquanto os ganhos de alguns poucos crescem de modo exponencial, os da maioria ficam cada vez mais longe do bem-estar dessa minoria feliz” (EG, n. 56).

Essa preocupação não é exclusiva do Papa. Para Lagarde, “a desigualdade passou para um primeiro plano na agenda não só de

grupos preocupados com a justiça social, como de cada vez mais políticos, banqueiros centrais e líderes empresariais”.

Há quem diga que não nos devemos preocupar com a desigualdade de rendimentos, mas com a igualdade de oportunidades. Mas as oportunidades (educação, saúde...) dependem também dos rendimentos disponíveis. “A mobilidade social reduz-se nas sociedades mais desiguais”, reconhece Lagarde.

“A disparidade também traz consigo divisão”. Uma maior concentração do rendimento pode minar os princípios de solidariedade, meritocracia e democracia.

Neste ponto, Christine Lagarde não tem problemas em citar o

Papa: “O Papa Francisco salientou isto recentemente em termos severos, quando classificou a crescente desigualdade como ‘a raiz do mal social’”.

De facto, o Papa advertiu contra “uma economia da exclusão e da inequidade”, que gera inevitavelmente confrontos sociais.

Tão-pouco pode dizer-se que a desigualdade seja um preço inevitável do desenvolvimento, como se a eficácia e a justiça fossem irreconciliáveis. Efetivamente, refere Lagarde, “investigações do FMI, que examinou 173 países ao longo de 50 anos, detetaram que os países mais desiguais tendem a ter um crescimento económico menor e menos duradouro”.





Não bastam as políticas redistributivas

O que pode fazer-se para remediar a desigualdade? Do Papa Francisco não é de esperar recomendações de política económica, como costuma fazer o FMI. Ele próprio reconhece que “nem o Papa, nem a Igreja, têm o monopólio na interpretação da realidade social, ou na proposta de soluções para os problemas contemporâneos” (EG, n. 184). Mas adverte sim, que não há lugar para o abstencionismo: “Não podemos confiar na mão invisível do mercado. O crescimento com equidade exige algo mais do que o crescimento económico, embora o pressuponha; exige decisões, programas, mecanismos e processos especificamente orientados para uma melhor distribuição do

rendimento, para uma criação de fontes de trabalho, para uma promoção integral dos pobres, que ultrapasse o mero assistencialismo” (EG, n. 204).

Isto é algo mais do que uma política redistributiva. Envolve um esforço por integrar nos processos económicos os que correm o risco de ficar excluídos, de modo a terem a oportunidade de ganhar dignamente a vida.

A diretora do FMI também reconhece que as políticas redistributivas – com sistemas fiscais mais progressivos, mas sem serem excessivos – têm o seu papel. Com o imposto sobre o rendimento e as transferências, é possível reduzir a desigualdade em cerca de um terço, em média, nos países desenvolvidos. Mas as po-

líticas redistributivas têm sempre vencedores e vencidos. Pelo que, “se queremos que o capitalismo cumpra o seu papel – permitindo que tantas pessoas quanto possível possam participar e beneficiar com a economia – tem de ser mais inclusivo”.

Um sistema financeiro mais honesto

A segunda dimensão do capitalismo inclusivo no discurso de Lagarde tem a ver com a honestidade no setor financeiro. “Um setor”, afirma a economista francesa, “que, como Ícaro, na sua soberba voou quase até ao Sol, e depois caiu à Terra, arrastando atrás de si a economia mundial”.

Os atores financeiros permitiram-se excessivos riscos. Os que





eram “demasiado grandes para cair”, podiam chantagear os políticos. “Este tipo de capitalismo era mais extrativo do que inclusivo”, sentencia Lagarde. “A crise deu lugar a uma correção importante, com o pressuposto de que o verdadeiro papel do setor financeiro é servir, não governar, a economia”. A sua tarefa é financiar o investimento, ajudando assim a criação de emprego e o crescimento.

Neste aspeto, a boa notícia é que se fizeram progressos na regulamentação bancária, com maiores exigências de capital e de liquidez. “A má notícia é que o progresso é ainda lento, e a meta de chegada se encontra, de momento, longe”. O problema dos bancos

“demasiado grandes para cair” ainda não se resolveu e continuam a ser fonte de um risco sistémico.

Lagarde expõe o que ainda resta conseguir: um acordo que proporcione um quadro para tratar de modo ordenado os casos de megabancos que entram em crise; maior transparência e segurança nos derivados financeiros; que os incentivos aos dirigentes estejam de acordo com os resultados reais; e, juntamente com a regulamentação, maior supervisão de que as regras são cumpridas.

Neste ponto, pode contar com o apoio do Papa Francisco, crítico “das ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados

e a especulação financeira. Daí que neguem o direito de controlo dos Estados, encarregados de velar pelo bem comum” (EG, n. 56).

Lagarde adverte que não se deve baixar a guarda, pois “a conduta do setor financeiro não mudou, no essencial, numa série de aspetos desde a crise”. “O setor ainda privilegia o lucro a curto prazo em detrimento da prudência a longo prazo, o prémio de hoje sobre a relação de amanhã”. E “algumas empresas importantes viram-se envolvidas em escândalos que violam as mais básicas normas éticas (arranjinhos na taxa LIBOR e nas taxas de câmbio, lavagem de dinheiro...)”.



Ética e estabilidade financeira

Para restaurar a confiança, diz Lagarde, “necessitamos de uma dimensão ética mais forte e sistemática”. Como abordar este repensar ético do setor financeiro? Para Lagarde, trata-se de regressar à pergunta dos antigos filósofos, como Aristóteles, que perguntavam: qual é o seu *telos*? Neste caso, a função social do setor financeiro: o seu verdadeiro objetivo, recorda Lagarde, é colocar os recursos ao serviço de um uso produtivo, contribuir para a estabilidade económica e para o pleno emprego.

Assim como no meio ambiente hoje estamos conscientes de que a conduta de cada um influi no todo, no setor financeiro, “a ideia de que a má conduta privada pode ter um custo social mais amplo, está apenas a amadurecer”.

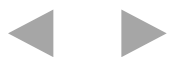
A diretora do FMI, que deve velar pelo bom funcionamento das finanças mundiais, conclui, afirmando, que “a conduta ética é uma dimensão importante da estabilidade financeira”.

Esta conclusão seria subscrita, sem dúvida, pelo Papa Francisco, o qual lamentou que, neste âm-

bito, “a ética costuma ser encarada com certo desprezo trocista. É considerada contraproducente, demasiado humana, porque relativiza o dinheiro e o poder”. Por isso, advertia que “uma reforma financeira que não ignore a ética, exigiria uma mudança de atitude enérgica por parte dos dirigentes políticos” (EG, n. 57).

Entre as palavras do Papa e as da diretora do FMI pode compreender-se que falar de ética não é colocar um pau nas rodas da economia de mercado, mas evitar que entre em colisão.

I. A. ■



DOCUMENTAÇÃO



Políticas sociais “à prova de crise”

A crise económica dos últimos anos trouxe como consequência uma maior desigualdade social e um aumento do número de grupos vulneráveis. Depois de terem feito frente aos piores efeitos económicos da crise, os países da OCDE precisam de desenvolver políticas sociais para evitarem que tais consequências se prolonguem por mais tempo.

Assim o recomenda o recente relatório “Society at Glance 2014”, redigido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). A crise envolveu retrocessos em vários dos 34 países do grupo, pois, se bem que durante os primeiros tempos se registasse um incremento dos fun-

dos destinados a apoiar famílias, pessoas incapacitadas e desempregados, esses setores estão atualmente sob forte pressão, sem contar com o facto de – particularmente no sul da Europa – essa manta protetora não ter dado para cobrir todos os necessários.

De acordo com o estudo, que toma 2007 como o momento de eclosão da crise, o número de pessoas que hoje vivem em famílias sem rendimentos provenientes do trabalho duplicou na Grécia, na Irlanda e em Espanha, tendo subido cerca de 20% ou mais na Estónia, Letónia, Itália, Portugal, Eslovénia, bem como nos Estados Unidos.

Observa-se também que 10% dos agregados familiares mais pobres experimentaram, em proporção, uma maior perda de rendimentos, do que a que atingiu o bolso dos 10% mais ricos. Assim aconteceu em 21 de 33 países. Na Itália e em Espanha, enquanto o rendimento dos 10% mais ricos permaneceu quase estável, o dos 10% mais pobres foi, em 2010, mais baixo do que em 2007.

O impacto da incerteza

Alguns outros dados são um convite ao pessimismo, pois comprometem o futuro das sociedades do bem-estar. Assim, refere-se que os jovens entre os 18 e os 25 anos enfrentam hoje um maior





perigo de cair na pobreza, pois o número daqueles que vivem em lares com rendimentos inferiores a metade da média nacional, cresceu cerca de 5% em países como Espanha, Estónia e Turquia (um pouco menos na Irlanda e na Grã-Bretanha).

De igual modo, os gastos com a educação, proporcionalmente ao PIB, diminuíram em metade nos países da OCDE, tornando consequentemente mais escassas as oportunidades de formação e superação de muitos jovens de famílias com baixos rendimentos. Isto vai originar um horizonte laboral mais limitado e de menor formação profissional e, claro, mais baixos rendimentos económicos.

Nesta mesma linha, verifica-se uma queda nos índices de fecundidade, que passaram de 1,75 filhos por mulher em 2008 para 1,70, o que torna mais agudos os desafios do envelhecimento demográfico e as dificuldades fiscais para financiar as pensões e os cuidados assistenciais aos mais velhos. A incerteza económica está a levar mais famílias a ter menos filhos ou a adiar o seu nascimento.

Reformas inadiáveis e com perspetiva social

O que hoje é apenas poeira, pode, de facto, ser lama amanhã. O secretário-geral da OCDE, José Ángel Gurría, faz notar que as

consequências da crise poderão pesar na vida de muita gente por um período ainda bem longo.

“Para que as sociedades continuem a ser prósperas e estáveis, torna-se essencial que as políticas sociais apoiem as famílias em dificuldade e assegurem que os problemas de solução a médio prazo não se transformem em desvantagens a longo prazo”, afirma.



O economista mexicano entende que uma etapa de forte crescimento pode ajudar a esconjurар esses temores, mas que só isso não chega. Ao formular políticas sociais, estas devem ser concebidas como sistemas que operam com maior eficiência, adaptados à evolução demográfica e aos mercados laborais, e com um gasto mínimo em administração e burocracia.

“A recuperação económica por si só não será suficiente para sanar fraturas sociais, nem para os mais afetados pela crise levantarem cabeça”, explica: “Os governos devem pôr em prática políticas sociais efetivas para ajudar os

seus cidadãos a fazer face a crises futuras”.

Este relatório da OCDE enuncia algumas das mudanças tidas como necessárias. Em primeiro lugar, aconselha que se tenha em conta o impacto que qualquer medida de consolidação fiscal irá ter sobre os mais desfavorecidos. Se, por exemplo, para reduzir o défice público, se dá uma tesourada no gasto social, os setores mais vulneráveis sofrerão mais do que se se decidir aumentar os impostos: a tendência para um maior consumo por parte dos menos atingidos pelas perturbações deixará dinheiro nos cofres, enquanto que retirar rendi-

mentos e oportunidades aos que deles precisam desesperadamente só acaba por os marginalizar, os afastar do consumo e lhes roubar oportunidades.

A este respeito, a organização aconselha que se evite cortar em benefícios de habitação ou em subsídios a famílias com filhos. Os esforços devem centrar-se em assegurar que essas pessoas sejam rapidamente beneficiadas assim que melhorarem as condições do mercado laboral.

(com autorização de www.acepresa.pt)

Partilhe com a AESE as suas
questões, Notícias e Passaporte
(elianalucas@aese.pt)

AESE Lisboa

Júlia Côrte-Real
Telemóvel (+351) 939 871 256
Telefone (+351) 217 221 530
Fax (+351) 217 221 550
j.cortereal@aese.pt
Edifício Sede, Calçada
de Palma de Baixo, n.º 12
1600-177 Lisboa

AESE Porto

Carlos Fonseca
Telefone (+351) 226 108 025
Fax (+351) 226 108 026
carlos.fonseca@aese.pt
Rua do Pinheiro Manso,
662-esc. 1.12
4100-411 Porto

Seminários

Filomena Gonçalves
Telemóvel (+351) 939 939 639
Telefone (+351) 217 221 530
seminarios@aese.pt

Formulário de cancelamento:

Alumni

Abdel Gama
Telefone (+351) 217 221 530
abdelgama@aese.pt

www.aese.com.pt/cancelamento

Formulário de novas adesões:

www.aese.com.pt/adesao

www.aese.pt